

HABEAS CORPUS Nº 548.313 - PR (2019/0355578-4)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
IMPETRANTE : NELSON SCARPIM JUNIOR
ADVOGADO : NELSON SCARPIM JUNIOR - PR017439
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
PACIENTE : EZEQUIEL DOS SANTOS LIMA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de EZEQUIEL DOS SANTOS LIMA no qual se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (HC n. 0059214-37.2019.8.16.0000).

Depreende-se dos autos que o paciente foi denunciado pela suposta prática do delito tipificado no art. 121, § 2º, IV, do Código Penal, tendo em vista que (e-STJ fls. 21/22):

No dia 29 de maio de 2010, por volta das 23:30 horas, o denunciado Ezequiel dos Santos Lima, agindo com dolo (intenção de matar), na companhia de um indivíduo não identificado nos autos, avistou a vítima Lure Arruda, a qual transitando pela rua João Cândido, n. 57, no centro de Campina Grande do Sul/PR, neste Foro Regional e comarca, na companhia de Antônio Carlos Fernandes Rodrigues Fortes (falecido) .

Em ato contínuo, sem nada dizer, o denunciado Ezequiel, de comum acordo com o outro indivíduo, utilizando uma arma de fogo (não apreendida), efetuou diversos disparos na direção de seu rosto, a qual não teve nenhuma chance de reação, pois foi surpreendida pela ação do agente, uma vez que não existia inimizade ou animosidade entre eles.

Em virtude dos disparos de arma de fogo recebidos, a vítima Lure sofreu as lesões corporais descritas no laudo de necropsia de fls. 32 a 36, as quais foram a causa de sua morte [...]

Restou comprovado, ainda, que o denunciado Ezequiel surpreendeu a vítima, a qual caminhava tranquilamente pelas ruas da cidade e não tinha nenhum motivo para suspeitar que o agente iria agir desta forma, uma vez que não existia inimizade ou animosidade entre eles.

O Juízo da Vara Criminal da Comarca de Campina Grande do Sul/PR

pronunciou o denunciado e decretou a sua prisão preventiva (e-STJ fls. 25/36).

Impetrado *habeas corpus* na origem, o Desembargador Relator não conheceu da ordem (e-STJ fls. 41/43).

Neste *writ*, a defesa alega excesso de prazo para o andamento do feito, pois o paciente encontra-se preso há mais de dois anos e ainda não foi julgado pelo Tribunal do Júri, "*sendo a morosidade atribuída exclusivamente à máquina judiciária, não a defesa, que manejou recursos com efeitos simplesmente devolutivos, que não interromperam o andamento da persecução e nem impediram a realização dos atos processuais*" (e-STJ fls. 12/13).

Afirma, também, ausência de credibilidade do depoimento prestado pela testemunha Janete de Oliveira

Ressalta, ainda, que a medida constritiva foi decretada com fulcro, apenas, na gravidade abstrata do delito.

Dessa forma, requer, liminarmente e no mérito, a expedição do competente alvará de soltura em benefício do paciente (e-STJ fls. 3/20).

É, em síntese, o relatório.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Na espécie, a defesa impetrou *habeas corpus* na origem pleiteando a revogação da prisão preventiva e alegando excesso de prazo; no entanto, o Desembargador Relator, monocraticamente, não conheceu da ordem, nos termos abaixo transcritos (e-STJ fls. 41/42):

Verifica-se que a fundamentação que embasa o presente remédio constitucional já foi apresentada em sede de Recurso em Sentido Estrito (mov. 62.1 dos autos n. 0002729-18.2010.8.16.0037), firmado pelo mesmo impetrante, devidamente analisada no acórdão de lavra deste Desembargador Relator (mov. 25.1 - autos n. 0002729-18.2010.8.16.0037 – TJPR), em julgamento realizado no dia 10 de maio de 2018, em que se manteve o decreto prisional, não havendo qualquer notícia de alteração fática que desse ensejo à

concessão da ordem pleiteada.

Percebe-se que trata de reiteração de matéria já deduzida em Recurso em Sentido Estrito interposto anteriormente [...]

Outrossim, no que tange ao aludido excesso de prazo – *A autoridade dita coatora não submete o peticionário ao crivo do Tribunal do Júri, e não justifica o motivo legal da letargia tem-se que a paralisação do feito se deu por conta dos recursos interpostos pela processual* –, defesa do paciente, de modo que, após a manutenção da decisão de pronúncia pelo Juízo a quo, a ação penal n. 0002729-18.2010.8.16.0037, não foi conclusa à autoridade coatora e tampouco teve qualquer manifestação nos autos por quaisquer das partes, oportunidade em que a defesa poderia peticionar pelo prosseguimento do feito, considerando que a decisão proferida no Recurso em Sentido Estrito, o qual foi embargado, transitou em julgado para a acusação em 23 de agosto de 2018 (mov. 36.1 – autos n. 0002729-18.2010.8.16.0037 - TJPR).

Entrementes, denota-se que a defesa, podendo atuar na ação principal, preocupou-se tão somente em interpor Recurso Especial e Agravo em Recurso Especial, não dotados de efeito suspensivo.

Nesta toada, não obstante o elucidado pelo impetrante, cumpre salientar que o prazo para conclusão do processo criminal não é absoluto e, por ora, não se verifica qualquer desídia da autoridade coatora ao prosseguimento do feito.

No caso em apreço, verifica-se que o Desembargador Relator fundamentou sua decisão na reiteração do pleito de revogação da medida constritiva, já decidido quando da interposição do recurso de apelação, bem como entendeu pela ausência de excesso de prazo conforme alegado pela defesa.

A mais disso, nota-se que a ordem não foi apreciada pelo órgão colegiado da Corte originária, razão pela qual torna-se inviável a sua apreciação por este Superior Tribunal de Justiça, sob indevida supressão de instância.

A propósito:

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. PROCESSO PENAL. ORDEM INDEFERIDA LIMINARMENTE. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. ANÁLISE PER SALTUM. IMPOSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE TERATOLOGIA.

1. Não cabe habeas corpus contra decisão monocrática de Desembargador relator, porquanto ausente manifestação colegiada do órgão de origem, pendente o esgotamento da instância a quo.
2. Agravo regimental desprovido (AgRg no HC 525.932/MG, Rel.

Superior Tribunal de Justiça

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 08/10/2019, DJe 18/10/2019).

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. HABEAS CORPUS IMPETRADO CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA DE RELATOR NO TJ/TO. AUSÊNCIA DE ESGOTAMENTO DE INSTÂNCIA. CABIMENTO DE RECURSO NA ORIGEM. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE FLAGRANTE PARA ENSEJAR A CONCESSÃO DA ORDEM DE OFÍCIO. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

1. O decisum agravado foi claro ao afirmar a impossibilidade de conhecimento do pedido, uma vez que, a teor do art. 105, II, "a", da CF, não houve julgamento em última instância pelo Tribunal estadual.
2. Além disso, não seria hipótese de concessão da ordem de ofício, pois correta a imposição do regime fechado ao réu que, apesar de haver sido condenado a reprimenda inferior a 8 anos, tem circunstância judicial desfavorável.
3. Agravo regimental não provido (AgRg no HC 523.242/TO, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 05/09/2019, DJe 12/09/2019).

Ante o exposto, com fundamento no art. 210 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **indefiro liminarmente o habeas corpus**.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator